

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.451 - SP (2019/0333778-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161**  
**RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648**  
**RENATA HELOISA MATHEUS SANTANNA BERGO - SP302523**  
**ARTHUR MOREIRA DELGADO - SP309993**  
**ERICA VANESSA MARQUES DOS SANTOS - SP315972**  
**RECORRIDO : ROBERTO HIDEITO SARAUMI**  
**ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO GRADIM PIMENTA - SP226496**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

1. Discute-se no apelo nobre de fls. 284-363 (e-STJ), essencialmente, a legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ação cautelar para a interrupção da pretensão executiva.

A Segunda Seção desta Corte afetou a questão à sistemática de recursos repetitivos (Recursos Especiais n. 1.774.204/RS e n. 1.801.615/RS - Tema 1.033), assim delimitada a controvérsia:

Interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas em defesa do consumidor.

Ademais, foi determinada a suspensão da tramitação de processos em, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC/2015.

Dessa forma, impõe-se a devolução dos autos ao eg. Tribunal de Origem para que seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, conforme determinação prevista no art. 256-L do Regimento Interno desta Corte Superior, que assim dispõe:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Por fim, registre-se que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do

# *Superior Tribunal de Justiça*

CPC/2015) não possui carga decisória, **por isso se trata de provimento irrecorrível.**

Nesse sentido: AgInt no REsp 1140843/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018, AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, **PRIMEIRA SEÇÃO**, DJe 20/09/2017; AgInt no REsp 1663877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017; AgInt no REsp 1661811/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, **QUARTA TURMA**, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018.

**2.** Do exposto, determino a restituição dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo da matéria submetida à sistemática dos recursos repetitivos e eventual retratação prevista nos arts. 1.040, inciso II, e 1.041, ambos do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator